



GD2 – A curricularização da extensão como contexto formativo de professores de e que ensinam Matemática

Liamara Scortegagna (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Marco Antônio Escher (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Viviane Cristina Almada de Oliveira (Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ)

O GD2 teve como foco a curricularização da extensão nos cursos de formação de professores que ensinam Matemática, a partir da Resolução nº 7/2018 - CNE/CES (Brasil, 2018), que regulamenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional da Educação (Lei nº 13.005/2014).

A extensão na Educação Superior Brasileira é compreendida como atividade de caráter interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, que articula ensino e pesquisa por meio da promoção da interação entre as instituições de ensino superior e os demais setores da sociedade. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão impacta a formação da comunidade universitária e a geração de conhecimento, desempenhando papel fundamental para a construção de novas formas de troca e para a relação entre universidade e sociedade. Cria-se, desse modo, um fluxo interativo entre produção coletiva de saberes e fazeres, formação profissional, técnica e cidadã, sem deixar de lado o compromisso ético de responder às demandas concretas da sociedade.

Uma primeira observação feita pela coordenação do GD2 referiu-se à terminologia utilizada, resgatando algumas discussões que o FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras),

entidade nacional que articula, define e fortalece as políticas acadêmicas de extensão universitária no país, tem realizado. Nesse sentido, o termo “curricularização da extensão” indica uma forte tendência de que, para cumprir suas horas de extensão, os currículos incorporem “disciplinas” que atestem tal carga horária, transformando a atividade extensionista em mero cumprimento de disciplinas obrigatórias e alterando sua essencialidade. Um dos termos propostos para a discussão foi a “inserção curricular da extensão”, na medida em que pode indicar que a participação em ações de extensão seja contabilizada na formação acadêmica.

Foi a partir desse contexto que se visou a discussão e reflexão acerca de concepções, modelos e experiências de extensão curricular trazidas ao VI Fórum Mineiro de Formação Inicial de Professores que Ensinam Matemática, considerando suas contribuições para a formação docente e os desafios de sua implementação em diferentes cenários. Tivemos cinco trabalhos inscritos no GD2, cujas respectivas apresentações ocuparam os dois dias de debate. Segue a lista abaixo, com título, autores e instituição de origem:

- 1) A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA - de Winstón Ferreira da Silva e Geissy de Azevedo Mendes, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG);
- 2) A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM UMA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS - de Elivelton Henrique Gonçalves, Luiz Fernando Rodrigues Pires e Kleyton Vinicyus Godoy, da Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- 3) A CARAVANA DA MATEMÁTICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - de Beatriz Casulari da Motta Ribeiro e Yuri Beck Esteves Kneipp, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);
- 4) POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE E QUE ENSINAM MATEMÁTICA -

de Viviane Cristina Almada de Oliveira, Fabíola de Oliveira Miranda e Flávia Cristina Duarte Pôssas Grossi, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); e,

- 5) FEIRA DE MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DE UM EVENTO DE EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA - de Matheus Carvalho Carrijo Silveira, Higor Eduardo Soares da Silva e Érika Maria Chioca Lopes, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Desses trabalhos, apenas os quatro primeiros foram apresentados e discutidos no GD2.

A SBEM-MG enviou aos coordenadores do grupo algumas questões disparadoras para as discussões, que foram:

1. Concepções de extensão e curricularização

- O que entendemos por extensão universitária no contexto da formação de professores que ensinam Matemática?
- Que diferenças existem entre realizar ações extensionistas e curricularizar a extensão nos cursos de licenciatura?
- Como a curricularização da extensão pode evitar uma compreensão assistencialista ou meramente operacional da relação universidade-sociedade?
- De que modo a extensão pode se constituir como espaço de produção coletiva de saberes, e não apenas de aplicação de conhecimentos acadêmicos?
- Quais concepções de extensão aparecem nas experiências e pesquisas apresentadas ao GD?

2. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

- Como a curricularização da extensão pode fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão?
- Que possibilidades existem para integrar projetos de extensão, estágios, práticas como componente curricular, iniciação científica e disciplinas dos cursos?

- Como transformar demandas sociais e escolares em problemas formativos relevantes para os futuros professores?
- De que maneira a pesquisa pode acompanhar, avaliar e ressignificar as experiências extensionistas?
- Quais riscos existem quando a extensão é inserida no currículo apenas para cumprir carga horária obrigatória?

3. Relação universidade, escola e comunidade

- Como construir parcerias horizontais entre universidade, escolas de Educação Básica e comunidades?
- Como garantir que as ações de extensão respondam a demandas da comunidade e não apenas aos interesses da universidade?
- Que papéis podem assumir professores da Educação Básica, estudantes e comunidades nas ações extensionistas?
- Como a extensão pode contribuir para que licenciandos compreendam a escola em sua complexidade social, cultural e institucional?

4. Contribuições para a formação docente

- Que aprendizagens profissionais a extensão pode proporcionar aos futuros professores que ensinam Matemática?
- Como as experiências extensionistas contribuem para o desenvolvimento de planejamento, mediação, escuta, avaliação e reflexão sobre a prática?
- De que maneira a extensão pode fortalecer o compromisso ético, social e político da formação docente?
- Como avaliar as contribuições da extensão para a identidade profissional dos licenciandos?

5. Implementação curricular e condições institucionais

- Quais modelos de curricularização da extensão têm sido adotados nos cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia?
- Quais dificuldades aparecem na distribuição da carga horária extensionista ao longo do currículo?
- Como registrar, acompanhar e avaliar as ações de extensão sem burocratizar excessivamente o processo?

- Que condições institucionais são necessárias para que a curricularização da extensão seja formativa e operacional?
- Como lidar com desigualdades regionais, institucionais e materiais na implementação da extensão curricular?

6. Avaliação, impactos e encaminhamentos

- Como avaliar os impactos das ações extensionistas na formação dos licenciandos, nas escolas e nas comunidades envolvidas?
- Que indicadores ou registros podem evidenciar a qualidade formativa da extensão?
- Como socializar e sistematizar os conhecimentos produzidos nas ações extensionistas?
- Que recomendações o GD poderia formular para encaminhamento ao IX Fórum Nacional de Professores que Ensinam Matemática?

Embora elas tenham sido consideradas e socializadas no início dos trabalhos, serviram tão somente como indicadoras de possibilidades para os relatos dos apresentadores.

No que concerne às concepções de extensão e curricularização, observamos distintas perspectivas de extensão trazidas pelos apresentadores. Em alguma medida, algumas práticas relatadas aproximam-se de uma visão na qual a universidade — produtora e detentora do conhecimento — leva/revela esse conhecimento à escola; outras atividades extensionistas relatadas já consideraram uma perspectiva distinta, buscando, a partir das práticas desenvolvidas, o compartilhamento de experiências e saberes.

Decorre daí o que compreendemos como uma demanda às IES: discutir e problematizar as perspectivas de extensão e as diretrizes para as ações de extensão universitária, preconizadas na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e reafirmadas na Resolução nº 7/2018 - CNE/CES (Brasil, 2018).

Outra percepção que tivemos a partir dos relatos apresentados refere-se à distinção entre a realização de ações extensionistas — que ocorrem por iniciativas individuais ou de grupos de professores vinculados à Licenciatura em Matemática — e como tem se dado a curricularização da extensão nas diferentes IES. Os processos referentes à curricularização da extensão universitária operam em instâncias administrativas, as quais,

segundo os relatos, não foram citadas como influenciadoras das ações extensionistas apresentadas.

Apesar dessa constatação, houve manifestações de preocupação dos participantes do GD2 com relação ao fato de o cumprimento da carga horária referente ao Núcleo III, das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Brasil, 2024), dever ocorrer apenas em escolas da Educação Básica, conforme explicitado no inciso III do artigo 14 dessa resolução: “320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III [...] desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura” (p.12). Indiscutivelmente, se mantiver-se o entendimento de que essa carga horária deverá ser composta exclusivamente por atividades desenvolvidas nas escolas, entendemos que haverá impactos sobre as instituições de Educação Básica parceiras.

É certo que a ampliação das ações extensionistas, que agora são obrigatórias nos currículos da licenciatura, é reconhecida como potencialmente benéfica à formação inicial dos professores, pois pode intensificar a interlocução entre universidade e escola e aproximar os futuros docentes da realidade concreta do ambiente escolar. Tal movimento, em tese, ainda contribui para que as escolas se beneficiem de projetos, oficinas e atividades planejadas no âmbito acadêmico. Entretanto, essa demanda, somada às do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e dos estágios supervisionados obrigatórios das licenciaturas, têm potencial para ser mais uma dentre as já extensas atribuições dos professores da Educação Básica, podendo gerar um efeito indesejado: a transformação da parceria em um fardo burocrático e operacional, em vez de uma efetiva troca formativa. Nessa direção, foram levantados questionamentos, ainda, se as escolas dispõem de condições estruturais e pedagógicas para absorver esse incremento de atividades sem prejuízo de seu funcionamento cotidiano.

Assim, esse apontamento colocou no horizonte a necessidade de se pensar a inserção curricular da extensão não apenas sob a ótica das IES, mas também a partir da realidade e das limitações das escolas parceiras. Nesse sentido, sugeriu-se que as políticas institucionais de extensão prevejam mecanismos de diálogo com as redes de ensino, de modo a garantir que a ampliação da extensão curricular não resulte em sobrecarga, mas sim em parcerias sustentáveis e mutuamente formativas.

Foi relatada, por alguns dos participantes do GD2, no contexto da extensão curricular, uma tendência dos licenciandos em procurar por escolas localizadas mais próximas dos campi universitários ou nas cidades onde residem (no caso daqueles que viajam todos os dias de suas cidades para o município onde o curso de graduação é sediado), o que, embora compreensível por razões logísticas e operacionais, pode restringir o alcance das ações extensionistas. Diante disso, os participantes defenderam que esforços institucionais devem ser empreendidos para que toda a rede de Educação Básica — e não apenas as escolas do entorno — possa ser contemplada com projetos de extensão, garantindo equidade no acesso às parcerias formativas e evitando a concentração de ações em um número reduzido de instituições.

De todo modo, dentre todos os participantes do GD2, foi unânime o entendimento da relevância e importância da extensão na formação inicial de professores. Todos os relatos reconheceram o potencial formativo da extensão para a constituição da identidade profissional docente, especialmente no que se refere à aproximação com a realidade escolar e à articulação entre saberes acadêmicos e práticos.

Pelas discussões realizadas e apresentadas anteriormente, a título de síntese para encaminhamento à SBEM Nacional, pontuamos os principais problemas e desafios que merecem atenção no que diz respeito à extensão:

- o financiamento da extensão, apontado como insuficiente para garantir a sustentabilidade das ações e a participação discente e docente;
- a sobrecarga das escolas parceiras, que, com a ampliação das atividades extensionistas obrigatórias, podem ser demandadas além de sua capacidade estrutural e pedagógica;
- as distintas concepções de extensão subjacentes às práticas relatadas, que oscilam entre uma visão de "levar conhecimento" à escola e uma perspectiva mais dialógica de compartilhamento de saberes;
- a necessidade de formação continuada no âmbito das próprias IES, voltada para docentes e gestores, a fim de que a inserção curricular da extensão seja compreendida em sua complexidade e não reduzida ao cumprimento burocrático de carga horária.

Por fim, enfatizamos um dos apontamentos feitos pelo GD2: a necessidade de que as políticas de extensão curricular sejam acompanhadas de mecanismos de diálogo entre universidade e escolas, de forma a construir parcerias horizontais e sustentáveis. Apenas assim a extensão poderá cumprir seu papel formativo, superando o risco de se tornar um requisito operacional e reafirmando-se como espaço de produção coletiva de saberes e de efetiva contribuição para a formação de professores que ensinam Matemática.

Como encaminhamento, sugere-se que as questões levantadas sejam socializadas e aprofundadas em futuras edições do Fórum, bem como em espaços institucionais que possam subsidiar a implementação qualificada da extensão curricular nos cursos de licenciatura.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira/rces007_18.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2024/rcp004_24.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Imprensa Universitária da UFAM, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/documentos/politica-nacional-de-extensao-universitaria-pneu/>. Acesso em: 20 ago. 2026.